ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE SANTOS – CMSBS

Aos 30 de abril de 2025, às 10h10, no Centro de Controle Operacional, situado na Praça Mauá, s/nº, embasamento, Centro, em Santos/SP, reuniu-se em sua 15ª Reunião Ordinária o Conselho Municipal de Saneamento Básico de Santos – CMSBS (doravante, "CMSBS"), tendo como pauta os seguintes itens, conforme convocação encaminhada em 23 de abril de 2025: 1. Leitura e Aprovação da Ata da 14ª Reunião Ordinária do Conselho; 2. Atualização do Plano de Investimentos do Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário; 3. Prestação de Contas dos recursos do Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental de Santos; 4. Ampliação do Aterro Sanitário no Sítio das Neves, na Área Continental; 5. Assuntos gerais. Presentes de forma presencial os Conselheiros Rafael dos Santos Oliva (GPM), Arthur José de Farias e Souza (SMS), Carla Guimarães Pupin (SEMAM), Gillan Lopes Muniz Schirmer (SEOBE), Aurélio Nascimento da Silva (SABESP), Paulo Matsumoto (PRODESAN), Antonio de Mello Neto (TERRACOM), Ivan Lazaro (TERRACOM), Miriam Valéria Aparecida Rett Russo (PROCON), e de forma remota os Conselheiros Juliana Ribeiro Nobrega (COHAB-ST), Josimar Alves de Souza (SABESP) e Flávio Rodrigues Correa (AEAS). Dando início à reunião, o Presidente, Rafael dos Santos Oliva, saudou os presentes, declarou instalados os trabalhos do CMSBS e passou ao item 1 da pauta informando que a Ata da 14ª reunião Ordinária foi encaminhada aos Conselheiros para prévia análise e consultou quanto a necessidade de leitura da mesma, os Conselheiros entenderam não haver necessidade, sendo assim a Ata da reunião anterior foi colocada para discussão e aprovação, sendo aprovada pelos Conselheiros sem ressalvas. Passando ao item 2 da pauta o Sr. Presidente informou aos demais Conselheiros que foi encaminhado à Prefeitura Municipal ofício da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo – ARSESP contendo relatório e laudo da fiscalização realizada no Município de Santos. O Presidente ressaltou que o documento aponta de

forma detalhada as condições e recomendações apontadas pela ARSESP e para proporcionar discussão entre os Conselheiros solicitou o envio à todos para que na próxima reunião ordinária o assunto seja retomado com os apontamentos dos demais. Passando ao item 3 da pauta, o Presidente esclareceu que o Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental de Santos recebeu nos últimos meses recursos provenientes do contrato da SABESP e como presidente do Conselho Gestor do Fundo passou a detalhar os valores recebidos para fins de prestação de contas. O Fundo recebeu quatro depositos realizados pela SABESP, o primeiro em 29/08/2024 no valor total de R$ 32.000.000,00; em 29/08/2024 no valor total de R$ 48.135,33; em 24/02/2025 no valor total de R$ 907.574,49 e em 23/04/2025 no valor total de R$ 4.194.015,77. Dessa forma o montante recebido foi de R$ 37.149,725,59, o valor total dos rendimentos foi de R$ 2.418.267,00 e o saldo total disponivel é de R$ 39.567.992,59. O Presidente esclareceu que os investimentos são realizados pela Secretaria Municipal de Finanças e que até o momento nenhum valor recebido foi utilizado. Informou que dois projetos estão em estudo para utilização dos recursos e que em momento oportuno serão submetidos à aprovação pelo Conselho Gestor. Em seguida passando ao item 4 da pauta o Presidente passou a palavra aos representantes da empresa Terracom para apresentação. O Conselheiro Antonio iniciou a apresentação informando que a Terrestre Ambiental está executando os procedimentos para ampliação do aterro sanitário localizado no Sítio das Neves, o pedido é referente a última célula do aterro. Com a alteração na legislação federal foi necessária a realização de audiência pública que ocorreu na semana anterior e a próxima etapa é o encaminhamento do pedido pela CETESB ao IBAMA para avaliação. A última célula já estava prevista e deverá ser utilizada pelo período de 5 (cinco) anos a partir de outubro de 2025. O Presidente consultou sobre os municípios que utilizam o aterro e em resposta o Conselheiro Antonio informou que o aterro atende a operação de Santos, Mongaguá, São Vicente, Bertioga, Cubatão, Guarujá, 50% (cinquenta por cento) da operação de Praia Grande e 20% (vinte por cento) da operação de São Sebastião. Após o esclarecimento foi dada a palavra ao Conselheiro

Ivan para apresentação da estrutura da Terra Santos, empresa responsável pela execução da Parceria Publico Privada com o Município de Santos. O Conselheiro iniciou a apresentação informando que os serviços executados anteriormente serão ampliados e apresentando a estrutura utilizada para sua execução, que incluem maquinário, equipes e estrutura nova. O Conselheiro ressaltou que a empresa está implantando CCO para monitoramento do serviço, além de central de atendimento ao usuário com aplicativo próprio que está em fase de desenvolvimento. O Presidente consultou sobre o cronograma de implantação dos serviços apresentado, em especial sobre a definição dos Pontos de Entrega Voluntária – PEVs, e em resposta o Conselheiro Neto explicou que o cronograma já foi iniciado, quanto aos PEVs eles serão implantados a partir do segundo ano de Contrato e totalizam 400 contêineres. Além dos contêineres serão implantados oito Eco Pontos em locais indicados pela Prefeitura que estão em fase de definição, o local deve comportar o contentor e possibilitar o acesso do caminhão para coleta. O Presidente consultou os demais sobre dúvidas e com a palavra o Conselheiro Gillan perguntou se o contrato prevê o descarte de resíduos de obras como verniz, solvente e tintas. O Conselheiro Antonio informou que esse tipo de resíduo é considerado material “classe 1” e não está previsto no contrato, contudo a legislação exige o descarte regular pelas empresas responsáveis pelo seguimento, a atuação da Prefeitura deve focar na logística reversa para tais materiais. Quanto aos resíduos de pequenas obras e reparos da construção civil há previsão de coleta de até 10 sacos, o material será triturado e destinado à Prefeitura para utilização em suas obras. Explicou também que os resíduos das feiras livres serão destinados à compostagem para utilização posterior nos jardins e áreas verdes do Município, e para sua implantação será necessária nova rotina com os feirantes para destinação correta dos resíduos. O Presidente ressaltou sobre a importância do trabalho de conscientização e formação dos feirantes para participação efetiva. O Conselheiro Antonio ressaltou também para a necessidade de atuação efetiva junto aos ambulantes da região da praia, principalmente diante da mudança na forma de coleta dos resíduos que deixará de ser realizada por rastelamento e passará

para peneiramento, o resíduo produzido pelos ambulantes deverá ser acondicionado em sacos e disposto nos contentores. A empresa implementou também equipe de fiscalização no intuito de notificar à Prefeitura sobre os abusos realizados. O Presidente ressaltou que está em fase de atualização o Código de Posturas, para que haja ferramentas para permitir fiscalização e prevenir os descartes irregulares. O Conselheiro Antonio esclareceu que os serviços serão georreferenciados em tempo real, permitindo acompanhamento pela Prefeitura em tempo real. A Conselheira Carla ressaltou sobre a importância de campanhas de conscientização ambiental. Em seguida o Conselheiro Gillan sugeriu que o Município tenha locais adequados para o descarte de pequenas quantidades do material residual auxiliando os munícipes na destinação correta do material. O Conselheiro Arthur complementou sugerindo que a medida poderia ser implementada como a Secretaria de Saúde realiza com a destinação de medicamentos, no caso da Saúde os munícipes podem entregar os medicamentos vencidos nas policlínicas, facilitando a destinação correta. Em seguida o Presidente sugeriu à representante da Secretaria de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade que a Secretaria realize estudo para verificar a possibilidade de estabelecer parceria com as empresas do setor para viabilizar a ação. Passando ao item 3 da pauta, o Presidente informou aos demais conselheiros que foi recebido ofício da SABESP em atenção a consulta formulada após a última reunião ordinária do Conselho, passou a leitura do texto dos questionamentos do Conselho e da resposta encaminhada pela SABESP. Após a leitura a Conselheira Carla pediu a palavra e informou que a parceria com a SABESP para realização de estudos para regularização da área do Pantanal de Cima iniciou em 2018 e que o Município deve cumprir a decisão judicial que obriga que seja realizada regularização fundiária da área, sob pena de multa diária, e que sem as obras de esgotamento sanitário a regularização não ocorrerá. Informou também que será necessária a comunicação ao juízo sobre a previsão da SABESP e a impossibilidade de concluir o projeto diante do prazo estipulado pela empresa. Em seguida o Conselheiro Josimar informou que as obras no morro estão ocorrendo logo

que há liberação por parte da defesa civil e que em todos os imóveis que tem ligação na rede de abastecimento de água a SABESP está realizando avaliação para realizar as obras de esgotamento sanitário. Foram solicitadas autorização para realização de obras no Caminho São Manuel e na Vila dos Criadores. A Conselheira Carla questionou sobre a existência de projeto especifico para a área do Pantanal de Cima e se as vistorias no local já foram iniciadas. O Presidente questionou também sobre o valor do investimento para a realização das obras no local e se as condições técnicas permitiam o início imediato. O Conselheiro Josimar informou que não possuía as informações naquele momento, contudo apresentaria as informações na próxima reunião, esclareceu também que o ano de 2029 informado no ofício é o prazo final para universalização prevista no contrato, porém as obras nas áreas e núcleos que a Prefeitura definir que as habitações não serão removidas serão executadas pela SABESP antes do prazo. Em seguida o Conselheiro Gillan pediu a palavra para reiterar o pedido realizado à SABESP de informações do cadastro da rede para ligação de água e esgoto da obra do hospital pediátrico da Zona Noroeste. O Conselheiro Josimar solicitou o reenvio da solicitação para atendimento. Em seguida o Presidente consultou o colegiado sobre outros assuntos e questões a tratar e o Conselheiro Flávio pediu a palavra. Com a palavra o Conselheiro passou a explanar sobre o episódio de grandes chuvas ocorrido no Município que afetou a região da Praia, alagando garagens e causando prejuízos para os moradores da região. Sugeriu que o Conselho analise o assunto em conjunto com o órgão competente da Prefeitura, para pensar em soluções para evitar problemas de inundação na região da orla. O Presidente esclareceu que estão sendo adotadas ações para solucionar e minimizar os impactos das chuvas fortes em períodos de maré alta, entre elas o pedido ao BNDS de aporte do Fundo de Estudos para Mudanças Climáticas para o projeto “Revisitação de Saturnino de Brito”, que visa estudar se a solução adotada para a drenagem no Município é suficiente, o que pode ser melhorado e qual a estrutura adequada. Além disso o Presidente informou que há dois projetos em andamento na Prefeitura, um para estudo da rede de drenagem, que prevê a atualização do cadastro, das cotas e

o comprometimento da rede, e outro para a recuperação dos canais de drenagem. Por fim, o Presidente falou da importância do tema e sugeriu que na próxima reunião ordinária seja realizada apresentação dos projetos e esclarecimento sobre as ações adotadas pela Prefeitura para reduzir os impactos na região. Consultado o colegiado sobre outros assuntos e questões a tratar, não houve manifestações, dessa forma o Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou os trabalhos da 15ª reunião ordinária do CMSBS, às 11h20. Eu, Thalita Fernandes Ventura, redigi a presente Ata. Santos, 30 de abril de 2025.